

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – DIAPE**



**UFC  
PROGEP**

## **SOLICITAÇÃO DE PENSÃO CIVIL**

**Artigos 215 a 225 da Lei nº 8.112/90**

**A(O) Senhor(a)Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas**

### **DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (apresentar originais para digitalização e autenticação)**

#### **Documentos comuns para todos os interessados:**

1. Formulário de solicitação de pensão civil por morte
2. Declaração de acumulação e opção de benefício
3. Certidão de óbito do servidor falecido
4. RG e CPF do servidor falecido
5. RG e CPF do requerente
6. Título de eleitor do requerente (documento obrigatório para pessoas com idade entre 18 e 70 anos)
7. Dados bancários no nome do requerente, constando banco, agência e conta salário
8. Último contracheque do falecido (disponibilizado pela Central de Relacionamento)

#### **DOCUMENTOS ESPECÍFICOS (além dos documentos comuns para todos os interessados)**

9. **Para o cônjuge:** Certidão de casamento atualizada, emitida em data posterior ao óbito;
10. **Para o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente:** Certidão de casamento e decisão judicial de pensão alimentícia;
11. **Para o(a) companheiro(a):** Pelo menos 3 documentos de comprovação de união estável na data do óbito, conforme o art. 4º da Orientação Normativa MPOG/SRH Nº 09, de 2010. Caso a união estável tenha mais de 2 anos, apresentar documento que comprove essa duração.
12. **Filho menor de 18 anos:** RG e CPF do representante legal. Caso o representante legal não seja o pai ou a mãe sobrevivente, anexar termo de tutela do responsável. Preencher e assinar o Anexo III da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4645, de 24 de maio de 2022 (declaração filho, enteado, menor tutelado e irmão).
13. **Filho maior inválido, com deficiência grave, deficiência intelectual ou mental:** pelo menos 3 documentos de comprovação de dependência econômica, conforme o art. 4º da Orientação Normativa MPOG/SRH Nº 09, de 2010. Caso o interessado seja incapaz, anexar também termo de curatela, RG e CPF do curador. Preencher e assinar o Anexo III da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4645, de 24 de maio de 2022 (declaração filho, enteado, menor tutelado e irmão).
14. **Mãe, pai ou irmão:** pelo menos 3 documentos de comprovação de dependência econômica, conforme o art. 4º da Orientação Normativa MPOG/SRH Nº 09, de 2010.
15. **Enteado ou menor tutelado:** Declaração do servidor falecido e 3 documentos de comprovação de dependência econômica, conforme o art. 4º da Orientação Normativa MPOG/SRH Nº 09, de 2010. Preencher e assinar o Anexo III da Portaria SGP/SEDGG/ME nº 4645, de 24 de maio de 2022 (declaração filho, enteado, menor tutelado e irmão).

**DADOS DO REQUERENTE**

NOME				
<input type="text"/>				
GRAU DE PARENTESCO			COR (BRANCA, PRETA, AMARELA, PARDA OU INDÍGENA)	
<input type="text"/>			<input type="text"/>	
ENDEREÇO			TELEFONE	
<input type="text"/>			<input type="text"/>	
BAIRRO	CEP	CIDADE		UF
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		<input type="text"/>
IDENTIDADE	CPF	BANCO	AGÊNCIA	Nº DA CONTA
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
E-MAIL				
<input type="text"/>				

**DADOS DO EX-SERVIDOR(A)**

MAT. SIAPE	NOME			
<input type="text"/>	<input type="text"/>			
LOTAÇÃO	CARGO	DATA DE FALECIMENTO		
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>		
IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR	UF	DATA EMISSÃO	CPF
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

DATA	<hr/> <b>ASSINATURA DO REQUERENTE</b>
<input type="text"/>	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
<input type="text"/>

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**  
**COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL**  
**DIVISÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - DIAPE**



**DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO E  
OPÇÃO DE BENEFÍCIO**

Eu, \_\_\_\_\_

declaro, junto à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Ceará, para efeito de concessão de pensão por morte do(a) servidor(a) \_\_\_\_\_, que

Não sou beneficiário(a) de aposentadoria

Sou beneficiário(a) de aposentadoria concedida pelo

RGPS (INSS)  RPPS: \_\_\_\_\_

Não sou beneficiário de pensão

Sou beneficiário de pensão concedida pelo:

RGPS (INSS)  RPPS: \_\_\_\_\_

E, para fins de aplicação do art. 24 da EC 103, de 13 de novembro de 2019, opto por receber integralmente o benefício (preencher caso acumule aposentadoria/pensão):

Que recebo atualmente: \_\_\_\_\_

A ser concedido pela UFC

Estou ciente de que haverá redução no valor do benefício por cuja integralidade não optei e de que devo comunicar ao(s) órgão(s) do(s) qual(is) recebo provento de aposentadoria/pensão a opção feita perante a Universidade Federal do Ceará.

Declaro, ainda, que os fatos acima são verdadeiros, sob pena de incorrer em responsabilidades civis, administrativas e penais.

Observações: \_\_\_\_\_

Fortaleza, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

### ANEXO III

da portaria SGP/SEDGG/ME N° 4645, de 24 de maio de 2022

Declaração - filho, enteado, menor tutelado e irmão

Eu , portador do RG nº  do CPF nº  representante do menor , declaro para os devidos fins e efeitos legais, sob as penas da lei, que o requerente ao benefício de pensão:

- (  ) é emancipado (caso o(a) dependente seja maior de 16 anos e menor de 18 anos)  
(  ) não é emancipado (caso o(a) dependente seja maior de 16 anos e menor de 18 anos)  
(  ) incorreu em pelo menos uma das situações abaixo (caso o(a) dependente seja maior de 18 anos)  
(  ) não incorreu em nenhuma das situações abaixo (caso o(a) dependente seja maior de 18 anos)

Nos termos do art. 5º do Código Civil, a emancipação ocorrer nas seguintes situações: pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau em curso de ensino superior; pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.\*

Declaro, ainda, que tenho consciência de que constitui crime, previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, prestar declaração falsa com o fim de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante e que a penalidade aplicada no seu cumprimento varia de 01 (um) a 03 (três) anos de reclusão e multa.

Local e data: ,  de  de 202

\_\_\_\_\_  
Assinatura do beneficiário/pensionista

(\*) Anexar comprovante/contracheque dos valores recebidos, em caso de recebimento de renda em decorrência da relação de emprego, público ou privado.